



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 198/2023
PROCESSO SES 8555/2023

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta cotação de preços para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **GLOBAL**.

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais (Seringa descartável para uso em injetora de contraste e Tubo conector em Y 60") para o HGMTR, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 07/02/2023

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em apresentar os laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

2.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

2.1.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

2.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento;

2.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas nesta cotação;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida na cotação, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado desta cotação de preços será disponibilizada para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos desta cotação serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2023.

Núcleo de Compra Direta

DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: HGMTR - HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS

Cotação de preços nº: 198/2023 Protocolo: SES 8555/2023

RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 234/2023 (TOTAL)

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	009644077	Seringa descartável para uso em injetora de contraste, compatível com injetora Marca MED TRON, modelo ACCUTRON CT-D, capacidade de 200ml, estéril, embalagem individual, papel grau cirúrgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no MS.	Peça	300
2	036820007	Tubo conector em Y de 60" de baixa pressão com duas válvulas, para uso em seringa da injetora de contraste Marca MED TRON, modelo ACCUTRON CT-D. Material deve ser estéril, embalagem individual, papel grau cirúrgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no MS.	Peça	300

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto da presente cotação é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HGMTR	Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos	Rua Marechal Deodoro nº 799 Centro – Lages – SCCep. 88.501-000	(49) 3251-0000

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO:

1.1. Aquisição emergencial de materiais (Seringa descartável para uso em injetora de contraste e Tubo conector em Y 60" para seringa MED TRON ACCUTRON CT-D de baixa pressão com 2 válvulas) compatíveis com injetora da marca MED TRON, Modelo ACCUTRON CT-D, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a unidade hospitalar Tereza Ramos. Requisições SCCD nº 370/2023

1.2. Especificação do Objeto:

Cod. Siasc	Descrição	Requisição	Freq.	Setor
9644077	Aquisição emergencial de materiais (Seringa descartável para uso em injetora de contraste e Tubo conector em Y 60" para seringa MED TRON ACCUTRON CT-D de baixa pressão com 2 válvulas) compatíveis com injetora da marca MED TRON, Modelo ACCUTRON CT-D, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a unidade hospitalar Tereza Ramos. Requisições SCCD nº 370/2023	300	Entrega única	Almoxarifado
9601011	Tubo conector em Y 60" p/seringa MED TRON ACCUTRON CT-D Tubo conector em Y de 60" de baixa pressão com duas válvulas, para uso em seringa da injetora de contraste Marca MED TRON, modelo ACCUTRON CT-D. Material deve ser estéril, embalagem individual, papel grau cirúrgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no MS.	300	Entrega única	Almoxarifado

1.3 Resumo da Despesa:

Processo SES Nº:	8555/2023
Sugestiona-se despesa decorrente de:	() Contratação direta () Licitação, () Registro de preço () Convênio () Aditivo a contrato (x) Definição posterior () Outro:
Existe contrato anterior:	() Não (X) Sim ATA:1812/2021 Valor R\$
Valor da despesa:	(X) Parcela única () Parcelado em vezes de R\$
Período da despesa:	Início em ____/____/2023 Término em ____/____/2023

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Houve em 2022 a aquisição de novo equipamento (bomba injetora de contraste) pela Unidade Hospitalar Tereza Ramos. Os materiais aqui solicitados são utilizados no referido equipamento, que integra as rotinas de exames de tomografia dos pacientes do HMTR.

Estes itens foram incluídos recentemente no planejamento anual (conforme processo SES 198481/2022), entretanto não localizamos processo em andamento ou aquisição concluída. Sendo assim, torna-se imprescindível a aquisição destes materiais para manutenção das rotinas de atendimentos aos pacientes do Hospital Tereza Ramos. Obs.: Quantitativo estimado para 6 meses. Justificamos a solicitação de lote único tendo em vista que estes itens são utilizados juntos na bomba injetora de contraste, assim a aquisição de somente um dos materiais ainda impossibilitará a realização dos exames.

3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Não se aplica, pois se trata de aquisição de materiais.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Qualificação técnica:

4.1.1- Comprovação de Cadastro/Registro do(s) produtos ofertados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar RMS (Registro no Ministério da Saúde) dentro da validade; - Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, apresentar Certificado de Isenção junto ao MS.

4.2 justificar a exigência:

4.2.1 Os materiais necessitam de apresentação de documentação junto à proposta visando à garantia da qualidade da aquisição.

5. DA ESTIMATIVA

5.1 Orçamentos:

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

6.1 Obrigações da contratada:

Realizar a entrega dos itens diretamente no Hospital e Maternidade Tereza Ramos (HMTR), Rua Marechal Deodoro, 799 - Centro – Lages – SC, setor de Almoxarifado.

Os itens a serem entregues deverão:

- a) Atender rigorosamente às especificações constantes na descrição do objeto;
- b) Estar com no mínimo 75% do prazo de validade;
- c) Ser entregues devidamente acondicionados/embalados de forma a garantir a integridade destes. A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.
- d) Estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens secundárias intactas (não danificadas);

Obedecer ao prazo para entrega dos materiais, que será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal (com dados bancários), na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, lote, procedência, data de fabricação e validade;

O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 dias, o objeto com avarias;

A CONTRATADA deverá encaminhar amostra, caso solicitado pelos fiscais da aquisição, para avaliação e confecção de parecer técnico definitivo, antes da entrega final do item.

6.2 Obrigações da Contratante:

Realizar o recebimento, conferência e aceite dos materiais;

Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens e prestar a empresa vencedora do certame quaisquer orientações que se façam necessárias.

Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços e/ou entrega de materiais;

Efetuar o pagamento devido à Contratada, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal e visados pelo Gestor da contratação, de acordo com a norma estabelecida;

7. RECURSOS

Origem dos Recursos: Dotação dos Recursos:

(X) Conforme deliberação da gerência de orçamentos.

() Recurso:

() TESOURO

() FUNDO

() CONVÊNIO

() OUTRO

(X) DEFINIÇÃO POSTERIOR

() COMPROVADO

() NÃO COMPROVADO

EM ____/____/____

Condições de Execução:

(X) PARCELA ÚNICA

() PARCELADO

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

8.2 Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

8.3 Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

9. SANÇÕES DO CONTRATO

(X) CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 () OUTRO _____

10. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

10.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

10.1.1 Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

10.1.2 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

10.1.3 Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

10.1.4 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fornecimento único

12. CONDIÇÕES GERAIS

Conforme cotação de preços.

13. GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Maria Cristina Mazzetti Subtil - Diretora HMTR

Matrícula: 255.353-8-02

14. FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Alexsandro Santos Anastacio - Tec. em Atividades Administrativas

Matrícula: 655.876-3-01

Nome: Jian Leocir Lima - Tec. em Atividades Administrativas

Matrícula: 383.222-8-01